



Documento Síntese

Açaí: Força da Sociobioeconomia Amazônica

Junho/2023

Realização



Organizadores



Apoio:



SUMÁRIO

1. CONTEXTO.....	4
1.1 PÚBLICO-ALVO.....	7
1.2 PROGRAMAÇÃO	7
2. RESULTADOS.....	8
2.1 MESAS REDONDAS.....	8
2.1.1 MESA REDONDA 1: DIALOGAR SOBRE PRINCIPAIS VETORES PARA A SUSTENTABILIDADE NA CADEIA.....	8
2.1.2 MESA REDONDA 2: POLÍTICAS PÚBLICAS EM RESPOSTA AOS DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE DA CADEIA DE VALOR DO AÇAÍ.....	15
2.1.3 MESA REDONDA 3: FINANCIANDO UM AÇAÍ, DE FATO, SUSTENTÁVEL?.....	21
2.2 MESAS SETORIAIS.....	26
2.2.1 VOTAÇÃO DOS TEMAS PRIORITÁRIOS.....	26
2.2.2 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS PONTOS APRESENTADOS E DISCUTIDOS NAS MESAS.....	28
3. ANEXOS.....	37

ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES DOS DIÁLOGOS PRÓ-AÇAÍ



1. CONTEXTO

Os Diálogos Pró-Açaí é uma rede setorial multiatores criada em 2018 e tem como missão conectar, engajar e mobilizar atores-chave em prol do fortalecimento e desenvolvimento justo e sustentável da cadeia de valor do açaí, por meio da construção conjunta de recomendações e agendas intersetoriais. A iniciativa estimula parcerias, intercâmbios e trocas de experiências para oportunizar sinergias e enfrentar riscos comuns de forma coletiva.

Atualmente, conta com mais de 80 organizações parceiras e envolve mais de 150 representantes de setores governamentais, empresas, cooperativas e associações, instituições financeiras, incubadoras/aceleradoras, redes nacionais multissetoriais, sistemas de certificação, organizações do terceiro setor, universidades, centros de pesquisa e de assistência técnica.

A iniciativa se originou no “Projeto Mercados Verdes e Consumo Sustentável”, parceria entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, contando com o apoio de execução do consórcio IPAM/EcoConsult e Instituto Terroá. Hoje, o projeto Bioeconomia e Cadeias de Valor, desenvolvido pela Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da parceria entre o Ministério Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e a GIZ, com recursos do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha, apoia a iniciativa.

Frente à necessidade em reunir diferentes atores para dialogar sobre o açaí e a sociobioeconomia na Amazônia, a rede propôs a realização de um evento para:

- apresentar soluções coletivas para todos os elos da cadeia,
- debater ações de governo e práticas produtivas,
- disseminar experiências de sucesso,
- compartilhar informações técnicas e científicas sobre os desafios enfrentados por essa cadeia produtiva.

A organização foi uma coprodução entre a Secretaria de Governança Fundiária e Desenvolvimento Territorial e Socioambiental do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pará (SEMAS), o projeto Bioeconomia e Cadeias de Valor, em parceria com o Consórcio ECO Consult e Conexsus, e o projeto Bem Diverso Sustenta & Inova da Embrapa, executado na região do Marajó com o CIRAD, organismo francês de pesquisa agrônoma e de cooperação internacional, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), a Fundação Arthur Bernardes (Funarbe) e o Sebrae, com recursos da União Europeia e com a colaboração das empresas como o Grupo Zeppone, Sambazon e Petruz.

A construção do evento foi realizada coletivamente buscando construir um espaço para compartilhar experiências e boas práticas, identificar gargalos e oportunidades, e promover a troca de conhecimento e informação para fortalecer a cadeia do açaí de forma sustentável, com benefícios socioeconômicos e ambientais para toda a região amazônica e para o Brasil como um todo.

A organização do evento **Açaí: Força da Socioeconômica Amazônica**, teve como objetivos:

- Fomentar a discussão sobre a importância da sustentabilidade na cadeia de valor do açaí e seus impactos na sociobioeconomia amazônica, bem como a interação entre os setores público, privado e sociedade civil, com foco na implementação conjunta de ações que visam aprimorar uma agenda de sustentabilidade;
- Oferecer subsídios para o aperfeiçoamento de políticas públicas e ações empresariais, com base em recomendações técnicas de forma a influenciar a adoção e aprimoramento de práticas sustentáveis orientadas para o setor produtivo;
- Promover a troca de experiências e conhecimentos entre os diferentes

- setores envolvidos na cadeia do açaí, a fim de identificar as melhores práticas existentes e incentivar a colaboração entre os projetos e ações em andamento;
- Proporcionar um espaço de reflexão conjunta, envolvendo os diferentes setores inseridos na cadeia do açaí a respeito da importância de promover a rastreabilidade e qualificação da cadeia de abastecimento do açaí, visando a sustentabilidade desta cadeia de valor e a promoção da sociobioeconomia amazônica;
 - Apresentar a estrutura do Caderno de Recomendações para os representantes dos diferentes atores inseridos na cadeia de valor do Açaí;
 - Propiciar um espaço de construção coletiva para inclusão de novas recomendações, assim como priorização das ações consideradas de maior relevância pelos diferentes atores.

Em resumo, além de fomentar discussões técnicas para a sustentabilidade da cadeia de valor do açaí, o evento teve o intuito de contribuir para articulações de incidência política, contando com a participação de atores estratégicos. Nesse sentido, destaca-se a potencialidade do coletivo formado pelos Diálogos Pró-Açaí, que reúne atores que se relacionam com cada uma das etapas produtivas do açaí ou com temáticas transversais a ela.

Diversas reuniões de planejamento foram realizadas entre as instituições para a definição da programação, dos convidados/painelistas, e constituição das mesas redondas. Para atingir os objetivos, três eixos temáticos foram priorizados, sendo eles: i) sustentabilidade na cadeia de valor do açaí, ii) políticas públicas e ações governamentais, e iii) financiamento destinado ao setor. Nas mesas estiveram presentes representantes de órgãos públicos federais e estaduais, agroextrativistas do açaí, representados por gestores, ativadores de crédito e facilitadores de cooperativas, instituições de ensino e pesquisa, bancos e outros financiadores. No que tange a validação do “Caderno de Recomendações para a Sustentabilidade do Açaí”, as discussões foram pensadas setorialmente, possibilitando que os atores identificassem



ações prioritárias e a conjuntura necessária para dar passos em direção à sustentabilidade da cadeia de valor do açaí.

1.1 PÚBLICO-ALVO

Atores-chave do setor público, indústrias, cooperativas e associações, organizações da sociedade civil, universidades e instituições de pesquisa, redes multissetoriais, instituições financeiras, sistemas de certificação etc.

1.2 PROGRAMAÇÃO

Temas	Síntese das atividades
Dia 31/05 - Sustentabilidade na Cadeia de Valor do Açaí	8h30 Boas-Vindas 9h Abertura Oficial 11h Mesa redonda 1: Quais são os principais vetores para a sustentabilidade na cadeia? 14h Apresentação do “Caderno de Recomendações de Sustentabilidade para a Cadeia do Açaí” - Diálogos Pró-Açaí 14h30 Encontro setorial I Co-construção das recomendações para a sustentabilidade na cadeia do Açaí 17h Encerramento Feira de produtos e apresentação de projetos de inovação ao longo do dia
Dia 01/06 - Políticas Públicas e ações governamentais	8h30 Encontro setorial II <ul style="list-style-type: none"> ● Mesas de diálogos entre diferentes setores (empresas, cooperativas, universidades, OSCs, pesquisa, informação), tratando das principais demandas do setor para implementar as medidas e ações para a sustentabilidade 14h Mesa redonda 2: Como as políticas públicas respondem aos desafios da sustentabilidade na cadeia?

		17h Encerramento Feira de produtos e apresentação de projetos de inovação ao longo do dia
Dia 02/06 Financiamento destinado ao setor	-	8h30 Mesa redonda 3: Como financiar um açaí, de fato, sustentável? 11h Próximos passos: Construção coletiva açaí sustentável a médio/longo prazo 13h Encerramento

2. RESULTADOS

2.1 MESAS REDONDAS

2.1.1 MESA REDONDA 1: DIALOGAR SOBRE PRINCIPAIS VETORES PARA A SUSTENTABILIDADE NA CADEIA

Pergunta norteadora: Qual o papel e a contribuição das mulheres na cadeia do açaí?

Gracionice Correa - Liderança Cooperativa Manejá

- O açaí é o prato principal no sistema de alimentação do Pará e é importante para o combate à fome,
- As mulheres são invisíveis e sofrem violência e não há repartição justa de recursos para as mulheres,
- Papel das mulheres na defesa do território é administrar a comunidade, filhos e família, a comunidade tem de cuidar dos bens ambientais,

Demandas:

- “é preciso que o Estado se manifeste com relação à regularização das terras”,
- PSA + Crédito de Carbono precisa ser revertido em benefício para as comunidades,
- Acesso a fontes de energia: “problema que deve ser enfrentado”,
- CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar: temos dificuldades para acessar crédito,

- Reconhecimento do CAR – Cadastro Ambiental Rural coletivo pelos Bancos,
- Trabalhar educação no campo. Exemplos apontados: Bem Diverso e Sustenta Inova,
- Investir recursos nas comunidades através de suas associações,
- Desburocratizar os processos.

Pergunta norteadora: O que é manejo de mínimo impacto e serviços ecossistêmicos? E como se diferem em sistema de várzea e terra firme?

José Antônio Leite de Queiroz - Analista Embrapa Amazônia Oriental

- Breve histórico:
 - o Década de 90: início dos estudos, com foco em manter a diversidade florestal em várzea,
 - o Início 2000/2001: recomendação de manejo de mínimo impacto com objetivo de manter a biodiversidade,
 - o 2016 – Aprovação do projeto Bem Diverso,
 - o 2022 – Início Sustenta Inova com recursos da União Europeia e envolvimento do SEBRAE,
- Aprendizados: podemos aumentar a produtividade mantendo a biodiversidade florestal, porque:
 - o Relação entre espécies: os açaizeiros precisam dos nutrientes que estão no solo (profundidade de até 25 cm)
 - o Depende a vegetação lenhosa para garantir a reciclagem dos nutrientes (raízes pivotantes)
- Desafios:
 - o Sensibilizar (chegar) no açaizeiro ou proprietário rural,
 - o Sazonalidade – baixa produção na entressafra (2º semestre) acarreta aumento do preço do produto,
 - o Açaização: provoca a perda da biodiversidade,
 - o Coleta com mão de obra infantil.
- Caminhos:
 - o Promover educação em tempo integral para crianças,

- o Ampliar o período da safra com variedades em “solo seco” (rendimento de 10/ton/ha),
- o Desenvolver um sistema de coleta eficiente (vara),
- o Trabalhar sistema de sanidade – prevenção de doenças de chagas.

Pergunta norteadora: Qual a experiência de negócio agrocomunitário da Amazonbai? Como garantem a produção de açaí sustentável e a rastreabilidade? Poderia apresentar algumas recomendações?

Amiraldo Picanço - Presidente da Amazonbai

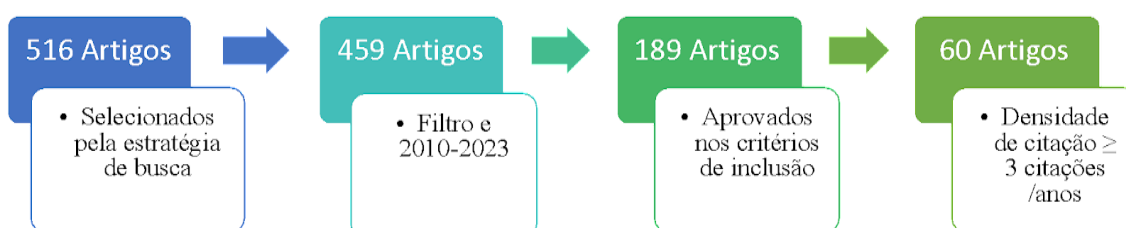
- Motivação: necessidade de melhorar de vida,
- Pontos de atenção:
 - o Nas comunidades existe violência contra as mulheres,
 - o População entre 30 e 40 - migração,
- Estratégias adotadas:
 - o Primeiro passo foi entender a cadeia produtiva,
 - o Maior gargalo observado: gestão,
 - o Adotar manejo de mínimo impacto: “cuidar da floresta, não apenas com foco em ganhar dinheiro”,
 - o Buscar certificações (atualmente conta com 8 certificações),
 - o Ter um planejamento estratégico de longo prazo – 10 anos,
- Objetivos:
 - o Igualdade de gênero: “Temos planos de ter 50% homens e 50% mulheres”,
 - o Avançar em tecnologia orientada para rastreabilidade e gestão,
 - o Trabalhar formações orientadas para garantir a sanidade do produto,
 - o Entender os gargalos relacionados à exportação,
- Gargalos:
 - o Acesso à energia, transporte e internet,
- Demandas apontadas:
 - o As políticas públicas devem ser implementadas nas comunidades – acesso a ATER,

- o Canal de comunicação e denúncia para violência com as mulheres,
- o Regionalizar os métodos de manejo – “Manejo não é receita de bolo”,
- o Publicar 2ª edição da Cartilha de Manejo do Açaí desenvolvida dentro da comunidade,
- o Elaborar cartilha de manejo na língua indígena Wajãpi.

Pergunta norteadora: Quais as tendências e perspectivas da Cadeia do Açaí?

Hervé Rogez - Professor (UFPA)

- Com base em uma Revisão Sistemática de Literatura o Prof. Rogez apresentou os seguintes números:
 - o Objetivo: mapear as contribuições acadêmicas relacionadas a cadeia produtiva do açaí que contribuam para o desenvolvimento sustentável,
 - o Total de artigos publicados a partir de 2000 sobre açaí: 10.055,
 - o Idiomas: português e inglês,
- Metodologia:



- Resultados:
 - o Apenas 5% dos artigos são orientados para os ODS,
 - o A maior parte dos artigos tem como foco a composição do açaí e seus benefícios para a saúde,

- o Artigos que tem relação com os ODS tem foco nos temas: inovação, indústria e economia circular,
 - o Quem mais publica: Brasil – concentração: Universidade Federal do Pará, USP e UNICAMP,
 - o Autores que colaboram estão localizados no sul e sudeste,
 - o Áreas impactadas pelas publicações: engenharia, ciências ambientais e ecologia, ciências e tecnologia de alimentos, engenharia e biocombustíveis.
- Conclusões:
 - o Os artigos não se voltam para os ODSs,
 - Sugestões:
 - o Ter um selo que unifique fruticultura com inclusão social,
 - o Trabalhar com os ODS:



- Para melhorar a rastreabilidade desenvolver sistema infravermelho para ser utilizado via celular,
- Despolar o açaí com menos água: atualmente chega a 85% de água.

Pergunta norteadora: Como você vê as expectativas das soluções apresentadas. Como o Estado vê os sistemas de controle de rastreabilidade, comercialização etc.? Quais as questões sobre a incerteza dos dados?

Rodolpho Bastos - Secretário Adjunto de Gestão e Regularidade Ambiental (SEMAS/PA)

- **Desafios:**
 - Foco das ações estava relacionado a regularidade ambiental,
 - As ações dos órgãos governamentais estão descoordenadas, não conversavam entre si,
 - Fragilidade no processo de coleta de dados (auto-declaratório mas sem fiscalização. SEMAS pode licenciar até 100 toneladas),
 - A repartição de benefícios não está sendo refletida na base,
 - Incentivo fiscal: não há cooperativas beneficiadas, está concentrado em Castanhal (beneficia a cadeia para cima),
 - Compras do açaí in natura são realizadas em dinheiro vivo, não há registros dos volumes comercializados e a informalidade da cadeia dificulta o controle do licenciamento ambiental,
 - O trabalho análogo à escravidão pode bloquear a exportação do açaí,
 - O açaí de terra firme utiliza modelo intensivo e está relacionado com aumento do consumo e contaminação da água e do solo.
- **Resultado:**
 - Os dados disponíveis não refletem a realidade.
- **Oportunidades:**
 - Açaí virou uma commodity importante,
 - O Pará não vende para a China.
- **Encaminhamentos sugeridos:**
 - Usar várias lentes para olhar para a cadeia do açaí – locais e globais,
 - Elaborar uma política estadual que integre estas questões, urgentemente.

Questões da plateia: Na experiência da Amazonbai e Manejaí, qual o papel das empresas na cadeia do açaí para garantir a sustentabilidade?

Gracionice Correa - Liderança Cooperativa Manejaí

- **Pontos enumerados:**
 - Respeito às comunidades quando da entrada nos territórios,
 - Importante ter um protocolo para consulta prévia e informada,

- o Falar com as cooperativas para realizar o diagnóstico e o levantamento das produções,
- o Estas cooperativas devem gerenciar o preço e a relação com os cooperados,
- o Considerar todas as etapas, desde o cuidado com o açaizal até o transporte – “Empresas precisam apoiar as cooperativas e associações”.

Amiraldo Picanço - Presidente da Amazonbai

- Pontos enumerados:
 - o O preço do produto açaí é aprovado em assembleia,
 - o Empresas manter diálogo com cooperativa e associações,
 - o Oferecer ATER com orientação das organizações comunitárias,
 - o Contribuir com investimentos em infraestrutura e fortalecer as políticas públicas,
 - o Rastreabilidade: apoiar na implementação do processo.

O que é que o Estado pode fazer para uma redução de imposto?

Rodolpho Bastos - Secretário Adjunto de Gestão e Regularidade Ambiental (SEMAS/PA)

- Precisamos de um olhar sobre a cadeia para estruturar uma política,
- Dados informam que não há liberação de crédito para as cooperativas,
- Necessitamos de um diagnóstico que venha da base,
- Precisamos de dados confiáveis.

Compartilhamento de experiências provenientes da plateia:

Carlos Baratinha – Presidente da Cooperativa Sementes do Marajó

- Parceria entre empresas e agricultores é importante para a base da cadeia,
- Fizemos parceria com a Sambazon, a Petruz e o Imaflora e conseguimos:
 - o Ir para frente com a certificação orgânica,
 - o Empresas estão custeando a certificação,

- o Capacitações sobre trabalho infantil, boas práticas de transporte e acidente de trabalho,
- O Estado precisa estar mais presente nas comunidades,
- Muita burocracia para acessar crédito,
- Baixa bancarização das operações devido a:
 - o Falta de internet,
 - o Na floresta não tem banco,
 - o É importante evitar transitar com dinheiro no barco.

Thiago – Petruz

- Pontos destacados:
 - o Empresa tem custo de certificação alto para poder viabilizar a compra do produto,
 - o Ribeirinho não consegue atender agroindústria sem o atravessador,
 - o O produtor não acessa uma linha de crédito para investir de forma fácil,
 - o A indústria não é um aproveitador dos produtores e ribeirinhos.
- Dificuldades:
 - o Custo da infraestrutura – é necessária parceria com o Estado,
 - o Alta criminalidade – papel do Estado.

2.1.2 MESA REDONDA 2: POLÍTICAS PÚBLICAS EM RESPOSTA AOS DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE DA CADEIA DE VALOR DO AÇAÍ

Pergunta norteadora: Qual a realidade das políticas aplicadas no mundo das comunidades, como elas funcionam no mundo quilombola?

Fábio Muniz - Facilitador de manejo de mínimo de impacto

- A Associação é criada e as terras são tituladas com certidão da Fundação Palmares,
- Apoio na segunda fase – aproximadamente 2 anos,
- Situação das comunidades – muito vulneráveis,

- O Estado quer que as comunidades mantenham a floresta em pé, mas não oferece apoio para a conservação da biodiversidade,
- Sugere: implantar agroindústrias para o processamento do açaí, usar os igarapés para criar pirarucu, utilizar o buriti e fortalecer a educação.

Edmilton Cerqueira - Secretário Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais (MDA)

- Destaca a importância de garantir a segurança alimentar: qualidade e diversidade,
- Menciona a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais,
- Retomar o Conselho Nacional de Comunidades Tradicionais.

Bruna de Vita - Coordenadora de Povos e Comunidades Tradicionais (MMA)

- Garantia dos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais,
- Destaca a Política Nacional Territorial Quilombola,
- Menciona o assédio das madeireiras aos comunitários que corrompe as organizações sociais,
- Lembra que Crédito de Carbono não está regulamentado,
- Destaca a importância da retomada da regulamentação do Pagamento por Serviços Ambientais,
- Pautas da Comissão: CAF, Regularização Territorial, Identificação e mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais,
- Inclusão sócio-produtiva – o Programa Bolsa Verde será retomado,
- Não será apenas um programa de transferência de renda, mas de preservação ambiental,
- Oferecerá ATER sócio-produtiva e apoio a tecnologias sociais de acesso à água,
- Buscando garantir os modos de vida das comunidades e sua segurança alimentar.

Pergunta norteadora: Qual a visão do Ministério e como contribuir com os desafios múltiplos?

Adriana Melo - Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR)

- Destaca a Política Nacional de Desenvolvimento social com foco no Norte e Nordeste
- Sobre a Política Nacional de ordenamento do Território destaca os seguintes pontos:
 - Estruturação dos sistemas produtivos
 - A estratégia é desenvolver rotas de integração nacional
 - Fortalecimento das potencialidades regionais
 - Fortalecimento das Cooperativas e Associações
 - As estruturas sócio-produtivas com foco em jovens e mulheres
 - Agregar valor através de agroindústrias e busca de novas oportunidades de produção primária (busca por produtos com potencial de certificação de denominação geográfica)
 - Valorizar startups com potencial de aporte de novas tecnologias, através de fomento, aproximação com o setor privado em busca de apoio
 - Trabalhar governança territorial
 - Manifestação de interesse no território com a participação de todos os atores locais
 - Promover oficinas de planejamento dos polos
 - Definir carteiras de projetos
 - Contar com a participação de outros entes do governo – abrindo diversas frentes orientadas para todos os elos da cadeia
 - A busca é por aprimorar o Programa para responder às demandas dos territórios de forma continuada

Pergunta norteadora: Como avançar com o PLANBIO e colocar no chão?

Camilla Miranda - Diretora Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes (SEMAS/PA)

- Este ano abriram edital e contemplaram 41 projetos envolvendo a academia, centros de tecnologia e setor privado,
- Estão em processo de escuta e redesenho,
- Conquista para o ano de 2023 – desenhar um PPA para 2024, com os seguintes eixos:
 - o Pesquisa, desenvolvimento e inovação (pesquisa aplicada),
 - o Patrimônio cultural e genético,
 - o Cadeias produtivas e negócios sustentáveis (64% das ações),
- Desafio: Melhoria e diagnóstico das cadeias para promover uma transição socioeconômica real

Bruna de Vita - Coordenadora de Povos e Comunidades Tradicionais (MMA)

- Não pensar em projetos pequenos para a Amazônia,
- Rever a questão do PSA para comunidades quilombolas – revisar os contratos de 30 anos para crédito de carbono,
- Compromisso pessoal: levar a frente os pedidos que envolvem vários outros entes públicos.

Adriana Melo: Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR)

- Setor Privado é um parceiro importante na estruturação da cadeia,
- Importante que o Estado regule e crie uma regulamentação que tornem justas a negociação entre as partes,
- Para o pequeno e médio empreendedor oferecer linhas de crédito adequadas às demandas dessas organizações.

Perguntas para a mesa:

- A partir da lei de Pagamento por serviços ambientais, como inserir a cadeia do açaí no contexto dos serviços ecossistêmicos?
- Como podemos acessar e ser capacitados nas tecnologias digitais da Embrapa?
- As tecnologias digitais da Embrapa precisam alcançar mais pessoas e serem adaptadas para atender outras demandas
- Como o MMA pode auxiliar projetos ou iniciativas que valorizam o desenvolvimento de produtos oriundos da biodiversidade?
- Que ações concretas estão consideradas para o açaí para promover as práticas sustentáveis na expansão da produção de açaí?
- Como o MDA pode apoiar projetos ou iniciativas que permitam que as tecnologias da Embrapa alcancem os produtores de açaí?
- Quais medidas estão sendo tomadas para promover conservação da biodiversidade e a inclusão produtiva na cadeia de valor do açaí no Pró-Açaí?
- Como podemos acessar o Fundo do SFB de forma a apoiar projetos que estão em condução pela Embrapa e de outras entidades?
- O SFB apoia iniciativas voltadas ao manejo de produtos da biodiversidade, por exemplo o manejo das abelhas nativas? Como conseguir esse apoio?
- O açaí e o mel das abelhas nativas são produtos valiosos para a segurança alimentar do Amazônia! Como podemos impulsionar o acesso desses produtos às nossas crianças?
- Marcia, o programa de alimentação escolar diferencia o açaí de produção sustentável? De que forma?
- Márcia, qual a importância do açaí no programa de alimentação escolar?
- O MDS dará continuidade ao Programa Fomento?
- PAA. Os produtos a serem comercializados de forma processada necessitam de selo ou selo da agência de defesa fitossanitária do estado. Sem acesso ao crédito as organizações terão dificuldades.
- Como incluir a cadeia do açaí no projeto de rastreabilidade das áreas de concessão florestal?

- Como dar visibilidade e garantir o acesso às políticas públicas para os produtores de açaí, garantindo os direitos sociais desses grupos que estão expostos à vulnerabilidade social?
- A Embrapa possui tecnologias voltadas ao tratamento e reutilização da água. O MDS poderia ter um programa voltado a impulsionar o uso dessas tecnologias na Amazônia.
- Quais poderiam ser as principais cooperações entre a SEDAP e a recém-criada Secretaria de Agricultura Familiar alinhadas ao PlanBio?
- SEDAP: O PRÓ AÇAÍ possui ações para evitar áreas de açaiização ou seria importante aprimorar essa política? Principalmente pela manutenção da biodiversidade, fundamental para a produção de açaí no longo prazo.
- Como o MDA e Teófro enxergam a não regulamentação do reconhecimento da atividade do extrativismo? Como pensar em estratégias de seguridade social para os extrativistas de açaí, que estão expostos a acidentes?
- Para o Fábio: como vocês estão organizados e existe alguma ferramenta de consulta, como o Protocolo que é direito de vocês? Vocês foram consultados sobre esses projetos de carbono?
- Porque a merenda escolar ainda não é 100% da agricultura familiar?
- Boa tarde, gostaria de saber nesta nova gestão como ficam as estratégias de Rotas de Integração? Continua no MDR ou vai para o MDA? sou coordenadora do polo da Rota do açaí do Nordeste Paraense
- Edimilton, qual a estratégia do MDA para avanço na regularização dos territórios quilombolas, garantindo a eles o acesso às políticas públicas, tais como crédito, vendas institucionais dentre outros?
- Fábio, muito se discute o pagamento por serviços ambientais para a produção de açaí. Como você enxerga o momento atual de assédio das empresas de carbono junto às comunidades e qual o papel do estado?
- Adriana, muito se falou em inclusão socioprodutiva e agregação de valor e a importância da conexão com o Mercado. Como trazer o setor privado para essa discussão para além da filantropia?

2.1.3 MESA REDONDA 3: FINANCIANDO UM AÇAÍ, DE FATO, SUSTENTÁVEL?

Joana Katia Sousa - Agroextrativista e beneficiária do Pronaf

- Não esperava ser contemplada,
- Fiz um curso de manejo de açaí em 2018 – patrocinado pelo Manejaí. “Conheci a riqueza que a gente tinha”,
- “O crédito me proporcionou comprar um material melhor para o manejo do açaí. Espero ser beneficiada um pouco mais.”

Odivan Ferreira Correa - Ativador de Crédito Ambiental / Facilitador

- Ativadores - vamos a comunidade fazer a discussão,
- 2018 - Conhecer o Manejaí,
- Começamos em 2021/2022 a “fazer crédito”,
- O manejo de baixo impacto aumentou a produção,
- Falta crédito e o aplicativo não funciona,
- Existe muita burocracia, assim existe a necessidade de redução das barreiras,
- É essencial oferecer capacitação de gerenciamento de recursos,
- Educação, orientação técnica e gestão financeira são importantes para os jovens.

Bruno José dos Santos - Facilitador e agente de crédito

- Entrave: conhecer como funciona a região do Marajó,
- O funcionamento do crédito vem de outras regiões para a nossa. Com realidades muito diferentes,
- Analistas não conhecem como funciona a região,
- Como técnico aprendi muito com a troca de conhecimento com a EMATER,
- Levar o produtor a questão da organização financeira. O açaí é importante, mas temos que falar da diversificação da produção. Exemplos: abelhas, sementes oleaginosas etc.,
- Trabalhar o PRONAF Floresta para mais de uma cultura,
- Trabalhar sistemas produtivos,

- Quando os recursos são acessados retornamos de forma coletiva por conta do custo (logística, equipe, alimentação etc.),
- “Este recurso tem que ser aplicado, tem que voltar e tem que aprender a gerenciar”.

Alcyr Borges - Gerente Regional (EMATER Breves/ PA)

- Três pontos abordados: contexto, realidade do Marajó e potencialidade,
- EMATER principal parceiro do Banco da Amazônia,
- Crédito Rural é uma etapa do ATER,
- Crédito Rural tem que ser qualificado e o produtor tem que ser capacitado para empreender,
- Marajó tem 17 município, com densidade demográfica muito dispersa o que aumenta o custo na oferta do crédito rural,
- Amplitude tem que ser pensada – abertura de agência do Banco Amazônia,
- Instituição que oferecem PRONAF: SICRED de forma tímida, Caixa Econômica não oferece e Banco do Brasil,
- Banco da Amazônia muda o checklist – 20 atualizações em 60 dias, o que é o impedimento para o cadastro do crédito,
- Não temos documento de terra no Marajó,
- Banco não conhece o CAR coletivo,
- Adequar as realidades com as planilhas,
- Precisamos pautar a governança – exigência x realidade: quem tem governança,
- BASA Digital está suspenso e o PRONAF B está parado,
- Temos que aprimorar uma discussão técnica com os agentes de crédito,
- Os investimentos precisam aumentar,
- Precisamos unir INCRA/SPU/INTERPA com empresas – precisam do aval da EMATER e Regularização Ambiental.

Lucas Scarascia - Gerente Executivo de Projetos do Fundo JBS

- Segundo o Censo GIF - 40% das instituições (Fundações e Institutos) operam de forma direta e investem em comunidades do entorno,
- 60% de forma indireta,

- “É um capital paciente, opera com carência maior”,
- Eixos do Fundo – cadeias produtivas e Ciência e Tecnologia
- A abordagem deve ser integrada e sistêmica,
- “Sem assistência técnica não tem jeito”,
- O desafio está em como alavancar de forma sustentável,
- Açaí não tinha NCM específico para exportação,
- Não temos dados de produção, não diferenciamos açaí de várzea de açaí de solo seco,
- As cooperativas e associações podem oferecer assistência técnica,
- Plano Plurianual de ATER – estratégia para articular o ATER.

Valdecir Tose - Presidente BASA

- O banco trabalha com base em parcerias,
- 330 milhões foram aplicados na cadeia do açaí,
- 90 milhões para 5.100 produtores em 2022, sendo que 55% do crédito foi para a região,
- BASA Digital: “precisamos modernizar e sair das planilhas”,
- Fomento: avaliação considera informações do IBAMA, CAF e Lista de trabalho análogo a escravidão. É uma exigência do Banco Central do Brasil,
- O CAR coletivo já está funcionando,
- MDA tem foco no diálogo sobre Regularização Fundiária,
- Mudamos de DAP – CAF e temos que buscar automaticamente os dados,
- Assentamentos não emancipados – “Não posso dar crédito: precisamos do documento de posse que é responsabilidade do INCRA”,
- Há um esforço para aumentar o teto do crédito para R\$ 12.000,
- O custeio agrícola está engessado por conta do seguro agrícola (6% a.a para o seguro),
- As linhas Mais Alimentos e o PRONAF Floresta estão sendo revisados e um aplicativo está em desenvolvimento com o objetivo de automatizar o processo,
- A resposta ao crédito tem prazo de 24 a 72 horas,
- O pagamento poderá ser realizado via PIX ou Boleto Bancário.

José Henrique da Silva - Diretor de Financiamento, Proteção e Apoio à Inclusão Produtiva Familiar (MDA)

- Destaca a importância de atender aos agricultores em condições de receber crédito,
- ATER é fundamental para operar o crédito rural,
- CAF x DAP – temos que estabilizar o sistema, o sistema do CAF não estava operativo quando foi disponibilizado, na data de 01/11/22,
- O sistema CAF 3.0 está em construção e será orientado para o agricultor familiar,
- Atualmente temos 300 CAFs ativos,
- O prazo de validade das DAPs que não estavam vencidas será prorrogado,
- Haverá uma faixa especial para os produtores da sociobiodiversidade (extrativismo ecologicamente sustentável),
- PRONAF B – meta ampliar o volume de recursos com taxa de juros 0,5% a.a e bônus,
- Manual de Crédito Rural: muitas vezes não está sendo aplicado na ponta,
- Tenho disposição para ajudar no diálogo com outros ministérios,
- Plano Safra/2023 – será lançado em 1º de julho e serão apresentadas novidades e soluções para facilitar o acesso ao crédito rural,
- O volume de contrato é grande, mas o volume de contratos é pequeno,
- CAR Coletivo: o Banco não aceitava porque o aplicativo estava orientado para um modelo, no mês de maio passou a valer o CAR Coletivo.

Bruno José dos Santos - Facilitador e agente de crédito

- Lembra que investimentos maiores necessitam de garantias,
- Sugere criar um Fundo Garantidor,
- Outra forma de acessar crédito é através de contratos de compra garantida pelas agroindústrias (contrato de compra e venda),
- Custeio para produção de alimentos – taxa especial, diferenciar o extrativismo do cultivado,

- Taxa de ATER – após a remoção da definição da taxa, foram encontrados desvios até de 10% a 20%,
- É importante garantir a ATER pública para não onerar o agricultor familiar.

Perguntas para a mesa:

- À Sra. Joana Kátia e Bruno José: Quais são as maiores demandas por crédito das famílias ribeirinhas? Se possível, enumerar 5 utilizações do crédito.
- Minha pergunta era para o senhor Valdecir Tose, que a antecipou. Gostaria de saber se o banco tem estratégia e projeto para implantar uma agência no Marajó.
- Senhor Valdecir, qual a metodologia técnica que o banco está adotando para desburocratização e destravamento do aplicativo BASA digital?
- Ao Sr. Valdecir Tose: Quais são as linhas de crédito voltadas às famílias ribeirinhas e quais os principais requisitos para acesso a estes créditos?
- Sr Valdecir, porque o banco não reconhece o CAR coletivo para o crédito dos assentados?
- Ao BASA: Como falar em digitalização em situações em que não há energia elétrica e, portanto, nem internet? Quais as alternativas do banco para isso?
- A Emater em parceria com o BASA investiu em 2022 na cadeia do açaí R\$ 4.935.600,00 em crédito rural.
- Será muito importante convidar a associação dos municípios do arquipélago do Marajó para se manifestar quanto ao apoio à cadeia do açaí.
- Essas normas utilizadas para o assentado extrativista, tem que valer para o agronegócio que financia crédito em áreas ocupadas por povos tradicionais.
- Olá, bom Auê a todos. O Alcy Borges comentou sobre CAR que o banco não aceita. Já o Valdeci falou que estão aceitando. Não entendi.
- Pergunta para José Henrique: Os recursos do plano safra para financiamento da agricultura familiar vai aumentar para a região norte e quanto será?



- Para o Dr José Henrique. Existe uma demanda antiga para aumentar a taxa de ATER, cujo percentual de 2% está extremamente defasado.
- Em termos de garantias reais, por que o gado pode ser utilizado como garantia e o açaí não?

2.2 MESAS SETORIAIS

Com o objetivo de promover o diálogos entre os atores da cadeia, de acordo com sua função na cadeia, foram organizados mesas de discussão temáticas com com os seguintes grupos: empresas, organizações da sociedade civil, governo e empreendimentos comunitários .

2.2.1 VOTAÇÃO DOS TEMAS PRIORITÁRIOS

Objetivo: Votação sobre quais temas são prioritários para o fortalecimento/ avanço da sustentabilidade da cadeia do açaí para os diferentes setores, como empresas, organizações da sociedade civil, empreendimentos comunitários e governo.

SETOR	Empresas	Empresas	OSCs	Empreendimentos Comunitários	Empreendimentos Comunitários	Empreendimentos Comunitários	Governo	Governo	Governo	TOTAL Votos	%	
GRUPOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9			
T E M A S	1. Normas Regulatórias		6		8			3	8	31	14%	
	2. Direitos Humanos	7	5	8	7	9				38	17%	
	3. Comercialização	2	2	2	4	5	5	1	6	5	32	14%
	4. Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação	6	1	1		4		5		3	20	9%
	5. Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	1	1	1		1		6	8	3	21	9%
	6. Beneficiamento	3	4	1	5		3	1		1	18	8%
	7. Manejo Florestal Sustentável	7		2	1	2	3	3	2	2	22	10%
	8. Organização Social	3		10	3		4	4	3		27	12%
	9. Articulação Intersetorial	1	1	2		1	3	2	7	2	19	8%
TOTAL - Votos	30	20	27	28	22	26	22	29	24	228		

Notas:

Grupo 1: Houve empate entre os temas Normas Regulatórias e Manejo Florestal Sustentável - o Grupo decidiu por Normas Regulatórias

Grupo 1 e 2: Normas Regulatórias com foco em tributação e Direitos Humanos foco Trabalho Infantil

Resumo dos temas selecionados pelos Grupos:

- Normas Regulatórias: 4 grupos
- Direitos Humanos: 2 grupos
- ATER: 2 grupos
- Organização Social: 1 Grupo

2.2.2 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS PONTOS APRESENTADOS E DISCUTIDOS NAS MESAS

Grupo 1: Setor Privado - Tema 2: Direitos Humanos		Quem poderia ajudar?	Contribuições
Macro Ações			
1	Realizar programas educacionais com capacitação sobre saúde e segurança no trabalho, educação financeira, economia para entressafra, trabalho infantil etc., com foco em mulheres, jovens, negros, ribeirinhos, quilombolas e comunidade escolar	Governo	Parceria com EMATER Manejaí
		Universidades	SEMAS/PA
		Empreendimentos Comunitários	Conteúdos complementares a educação formal - trocas de saberes, não capacitações
		Governo - EMATER	Desenvolvimento de cultivo, porte baixo, manejo de baixo impacto
2	Criar chamadas para Startups (novas tecnologias em geral) e buscar parcerias para o desenvolvimento adequado de equipamentos para coleta	Universidade	Incubadora tecnológica - INMETRO
		Governo	Cooperações técnicas (ACTs) com responsabilidade entre empresas e cooperativas para desenvolvimento e transferência de tecnologias
		Empresas	
		Governo (MCTI) Incubadoras (setor privado, governo, universidades, OSCs)	
3	Buscar fornecedores locais com lideranças femininas ou que estejam buscando este fortalecimento	Empreendimentos comunitários	Secretaria das Mulheres/PA
		OSCs	Apoio de ONGs (Gênero)
		Setor Privado	Priorizar a compra de cooperativas
4	Denunciar, capacitar e parcerias com equipamentos públicos (CREA, CRAS,...)	Governo - SUAS	Reverter impostos em políticas públicas
5	Busca por Certificações Socioambientais (sistema B)	Governo - MAPA	Parceria Plataforma NVS (INMETRO)
		Governo - MAD, MMA, CAR	Criar instrumentos próprios de certificação
		Setor Privado	Priorizar certificações regionais
		Empreendimentos Comunitários	
Como o setor pode avançar nas suas recomendações?			
1 - Propor encontros presenciais de mediação "neutra" e periódicos 2 - Unir forças e construir um Plano de Ação			

Grupo 2: Setor Privado - Tema: 1. Normas Regulatórias		Quem poderia ajudar	Contribuições
Macros Ações			
1	Discutir com órgãos reguladores o percentual mínimo de açaí, para considerar o produto açaí	Setor Privado	SEDEME
		Governo	
		Universidade	
2	Pasteurização não ser considerado como beneficiamento, não aplicar PI/COFINS	Setor Privado	Com respeito ao conhecimento dos produtores
		Governo	
		Universidade	
3	Equidade e isonomia fiscal do Pará frente aos demais estados	Setor Privado	SEDEME
		Governo	
4	Incentivos fiscais para energias renováveis	Setor Privado	SEDEME
		Governo	Secretaria de bioeconomia
		Universidade	
5	Agilidade na regularização fundiária nas áreas produtoras de açaí - foco áreas de várzea para a sustentabilidade	Empreendimento Comunitários	ICMBIO
		Governo	ITERPA/INCRA
		Setor Privado	SPU Várzea
Como o setor pode avançar nas suas recomendações?			
1- Ação setorial organizada 2- Estabelecer uma organização representativa e fortalecer 3- Grupo de Whatsapp para aumentar a comunicação e articulação do setor empresarial		4 - Articulação do grupo para abertura de diálogo com as Secretarias 5- Câmara Setorial	

Grupo 3: OSCs - Organizações da Sociedade - Tema: Organização Social		Quem poderia ajudar	Contribuições
Macro Ações			
1	Realizar diagnósticos colaborativos para entender as demandas dos empreendimentos comunitários	Empreendimentos Comunitários	Canal de informações para esclarecer dúvidas de editais - Whatsapp
		Governo	Editais que beneficiam as comunidades de fato (adequação de critérios)
		Universidades	Editais adequados à realidade local - burocracia e linguagem
		OSCs	Diagnósticos específicos as etapas produtivas. (ex: maquinário)
		Setor Privado	EMATER
2	Incluir políticas afirmativas de gênero e geração nos critérios e apoio a cooperativas, negócios sociais, empreendimentos etc.	Empreendimentos Comunitários	Melhoria na maturidade das parcerias
		Governo	Oficinas de formação sociopolítica
		Universidades	Estabelecimento de parcerias comerciais com mulheres
		OSCs	Focar em financiamento de empreendimentos com mulheres



		Setor Privado	
3	Desenvolvimento de capacidades: inclusão digital focada no público de jovens e mulheres com metodologia e conteúdo adequado para o público-alvo	Governo	Elaborar políticas públicas estruturantes (ex: internet, luz)
		Universidades	Articulação intersetorial - melhorar e implementar
		Setor Privado	Formação de jovens comunicadores com ferramentas tecnológicas (ex: GPS) - Bem Diverso
		OSCs	Eletronorte, PRODEPA, Equatorial (utilização/comp.da teloc) - fibra ótica, rádio frequência Starlink - acesso satélite
4	Remunerar, de forma justa, líderes e mobilizadores comunitários em editais, projetos e orçamentos para eventos (workshops, palestras, formações etc.)	Governo	Conceder bolsa ao comunitário. Ex: Bolsa Verde
		Setor Privado	Tornar o curso mais amigável às necessidades
5	Elaborar como produto final relatório técnico com as necessidades identificadas nas comunidades endereçadas ao poder público com cópia apropriada para os atores envolvidos continuarem as articulações	Setor Privado	
		Governo	
		OSCs	
		Universidades	
Como o setor pode avançar nas suas recomendações:			
1- Carta pública endereçando recomendações 2- Análise por OSC de como deixar mais claro o compromisso com as pautas na comunicação institucional 3- Outros encontros - DPA		4 - Observatório, indicadores e acompanhamento dos avanços nas pautas 5- Grupo de trabalho para ação conjunta (apoio DPA)	

Grupo 4: Empreendimentos Comunitários - Tema: 1.Normas Regulatórias		Quem poderia ajudar	Contribuições
Macro Ações			
1	Conflito para Regularização Fundiária - INCRA e ITERPA; Trabalho conjunto entre entidades do Estado - ITR (conflito)	Empreendimentos Comunitários	ICMBIO
		Governo	
		OSCs	
2	Recuperação de áreas via SAF - demanda recuperação de áreas degradadas	Empreendimentos Comunitários	EMATER
		Governo - Assistência técnica e investimento	SEDEME
		Universidade	ICMBIO
		OSCs - Promovendo intercâmbios	IABS; FSC Brasil; Aliança pela restauração da Amazônia; TNC Brasil; IPAM
3	Regulamentação de subprodutos - café de açaí/ Comercialização clandestina; Acelerar o processo de regulamentação via MAPA, SEDEME, FAEPA, Assembleia Legislativa; Resíduo do açaí: necessidade de encaminhamento e regulamentação	Empreendimentos Comunitários	SEDEME
		Setor Privado	SEBRAE

		Universidades (incubadoras)	
		Governo	IFPA - minicurso de reaproveitamento do açaí
		OSCs	
4	Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) geridos pela associação local	Empreendimentos Comunitários	ICMBIO
		Setor Privado	SEMAS
		Universidade* (depende)	MMA
		Governo	Forest Trends
		OSCs	TNC Brasil/ IPAM
Como o setor pode avançar nas suas recomendações:			
	<p>1- Trabalhar com as redes de cooperação solidária (estaduais, municipais)</p> <p>2- RODAS: conexão de todas as redes do município</p> <ul style="list-style-type: none"> - associações, sindicatos e cooperativas - Conselho Estadual das Comunidades - Conselho dos Caciques e Povos Indígenas do Oiapoque 	<p>Notas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sobreposição de CAR - CAR - necessidade de diminuir burocracia - Priorização CAR coletivo (tornar como prioridade) - Sem regularização fundiária não há financiamento 	

Grupo 5: Empreendimentos Comunitários - Tema: 2. Direitos Humanos		Quem poderia ajudar	Contribuições
Macro Ações			
1	Precisa de projetos estruturantes para informar e disseminar formação aliado com tecnologia para os jovens no campo	SENAR	Construção dos planos de uso - protocolos de consulta prévia
		UFRA, IFPA, UFPA	
		Setor Privado (como parceiro)	Descentralizar as ações de assistência técnica
		Empreendimentos comunitários	Iniciativa privada patrocinar ações
		Cooperação - EU, Alemanha, Hungria	
Governo: Fundo Amazônia, CNPQ, Centro de Turismo Nacional			
2	Projeto pedagógico para os filhos dos produtores de açaí; Sensibilização das famílias extrativistas sobre os reflexos negativos do envolvimento do trabalho infantil	Associações, cooperativas, sindicatos	Formação de lideranças para inclusão social
		Governo Federal e Estadual	Parcerias das Associações e Cooperativas
		Setor Privado	Projeto "Crianças da Floresta" está aberto a parcerias com outros atores
		Casa Família Rural	
	ICMBIO		
		IFPA	
3	Desenvolvimento de programa de aperfeiçoamento de tecnologias voltadas a	EMBRAPA, Universidades e Institutos de ensino	ETHOS Amazônia - EPI para colheita do açaí - busca-cacho



	adoção de boas práticas de manejo (abaixar as touceiras, uso de EPIs)	Associações, cooperativas, sindicatos Setor Privado	EMBRAPA
4	Diversificação da produção (estimular o cultivo de abelhas e cacau nos açazais para melhorar a renda)	Secretarias Municipais EMBRAPA Setor Privado Associações, cooperativas, sindicatos	EMATER SEDEME Iniciativa Privada - investir em tecnologia de colheita EMBRAPA - novos cultivares Os órgãos governamentais precisam sair do escritório e visitar as comunidades
5	Promover palestras nas comunidades sobre gravidez na adolescência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como atendimento médico, projetos de lazer como alternativa de saúde, das drogas e do trabalho precoce	Secretarias Municipais Associações, cooperativas, sindicatos Setor Privado Instituições de ensino	Escola integral IFPA
Como o setor pode avançar nas suas recomendações:			
1- Parcerias com Secretarias Municipais 2- Grupo de Whatsapp dos membros do grupo 3- Desenvolver projetos e ações que promovam o empreendedorismo nas comunidades 4- Formação profissional rural para alunos do EJA 5- Programa UFRA "Como acessar" - convênio com CNPQ (pode ser feito convênio para beneficiar os jovens das comunidades)		6- Implementação de vitrines tecnológicas com tecnologias sustentáveis (EMBRAPA) 7- Atendimento psicológico nas escolas para pessoas/alunos que apresentam sinais de depressão	

Grupo 6: Empreendimentos Comunitários - Tema: 1. Normas Regulatórias		Quem poderia ajudar	Contribuições
Macro Ações			
1	Atuação mais direta dos órgãos competentes em regularização fundiária nas comunidades; Atenção maior as ilhas que têm mais dificuldade	Empreendimentos comunitários Governo Setor Privado Universidade OSCs	Parcerias para mutirões nos territórios
2	Clareza de responsabilidades e atribuições - Emissão da Declaração Individual confirmando que está em CAR coletivo.	Governo Empreendimentos comunitários Setor Privado	
3	Incluir as comunidades na construção de políticas de REED, garantindo as salvaguardas e a repartição de benefícios	Governo Empreendimentos comunitários	Já tem um GT de contribuição com representantes, fazer a discussão chegar na base - SEMAS/PA



		Setor Privado	Projetos de repartição de benefícios que atendam as necessidades das comunidades - SYMRISE
		Universidade OSCs	
4	Isenção de tributos para agroextrativistas - incentivos fiscais	Governo	Recuperação tributária - Petruz
		Setor Privado	Estudo tributário da sociobiodiversidade
		Universidade	Construindo uma política de incentivos fiscais - SEDEME e SEPA
		OSCs *	
		Empreendimentos comunitários **	Os incentivos fiscais levem em consideração a preservação ambiental nas comunidades - ICMS Verde
5	Construir uma política de PSA associada aos produtos da biodiversidade	Governo	MDA - instituiu um GT para construção (federal)
		Setor Privado	SEMAS - também tem um GT iniciando
		Universidade	
		Empreendimentos comunitários OSCs	
Como o setor pode avançar nas suas recomendações?			
1- Criar um grupo de Whatsapp para se comunicar 2- Criar um consórcio para comercialização dos produtos da sociobiodiversidade (açaí e outros) nas regiões. Ex: Consórcio do Baixo Tocantins (COFRUTA; CART, FASE, CAEPIM)		Notas: * Organizações sérias e que tem importância para o tema ** Acompanhar e cobrar a política. Articular na base	

Grupo 7: Governo - Tema: Assistência Técnica e Extensão Rural		Quem poderia ajudar	Contribuições
Macro Ações			
1	Ação coordenada multi-institucional Mesa de diálogo: Embrapa, Emater, IFPA, Sebrae, Sedap, Sedeme - Convênios de repasse de recursos para capacitação/pesquisa com produtores/as - Consolidar a demanda nos territórios para construir planos de trabalho conjuntos, captar recursos e aproveitar projetos em andamento	MDA	Participação para OCB 12,15 (informativos)
		EMBRAPA, EMATER, MAPA, MIDR	Associações e Cooperativas
		SEDAP, IFPA, SEDEME	Ideflor-Bio
2	Fortalecimento das instituições de ATER	EMBRAPA - 12,13,14	
		EMATER - 12,13	
		ICMBIO - 12,13	
		MDA - 12	
3	Orientação e assessoramento empresarial	EMBRAPA - 12,14	Associações
		EMATER - 12	Empreendimentos
		SEBRAE - 12,13	



4	Fomento de cursos de qualificação profissional (IFPA)- currículos adaptados às necessidades do território (Belém, Marajó, Sudeste)	IFPA, SECTET	
		EMATER, IFPA; SECTECT, SEBRAE	
		ICMBIO, EMATER, IFPA, SEDUC	
		(escolas família agrícola? breve)	
Como o setor pode avançar nas suas recomendações?			
	1- Compor um Comitê institucional, Câmara Setorial 2- SEDEME convoca 3- SEDEME e EMATER: convocação, recursos financeiros e humanos Nota: Orientação e assessoramento empresarial: - SEBRAE:	produtores - batedores - transportadores - empresas parceiras	

Grupo 8: Governo - Tema: Assistência Técnica e Extensão Rural		Quem poderia ajudar	Contribuições
Macro Ações			
1	ATER que leve em conta, respeite e valorize as diferentes realidades das comunidades locais. Com ATER específica para público beneficiado e bioma.	Governo Universidades Setor Privado Empreendimentos Comunitários OSCs	EMATER IDEFLOR
2	Formação profissional das pessoas das comunidades tradicionais para serem agentes de ATER - Inclusão/absorção formando órgãos públicos e institutos privados	Governo Universidades Setor Privado OSCs	SEMAS
3	Assegurar recursos e ATER continuada	Governo Setor Privado Empreendimentos Comunitários	PETRUS GIZ Fundo Açaí Secretária de Saúde - controle fitossanitário: combate ao barbeiro no açaí
4	Fortalecimento das organizações sociais	Governo Setor Privado OSCs Universidades	Natura * GIZ * Symrise * CONAB
5	ATER que reconheça os conhecimentos tradicionais das comunidades; Perspectiva de troca de experiências entre técnico e beneficiário	Governo Universidades Setor Privado OSCs	EMATER IDEFLOR

Como o setor pode avançar nas suas recomendações?

- | | |
|---|--|
| 1- Articulação intersetorial e institucional
2- Disponibilidade de recursos
3- Articulação/mobilização política | 4- Capacidades técnicas
5- Formação de grupos de interesse
* capacitações e planejamento estratégico |
|---|--|

Grupo 9: Governo - Tema: Normas Regulatórias		Quem poderia ajudar?	Contribuições
Macro Ações			
1	Identificar territórios de Povos e Comunidades Tradicionais para avançar na sua Regularização Fundiária	SEMAS	Ter regularização ambiental coletiva, individual (legislação específica para as realidades locais)
		OSCs	
		ICTs	Aumentar o corpo técnico orientado para regularização fundiária das comunidades
		Governos Federal, Estadual e Municipal INCRA, SPU Empreendimentos Comunitários	Governo oferecer uma assistência jurídica para as Associações e Povos e Comunidades Tradicionais - relação das comunidades com o setor privado
2	Possibilitar "PRA" na forma de Plano de Vida, manejo ou PTS (CAR de Comunidades Tradicionais)	Ministério da Indústria e Comércio	O Estado ser mais atuante e presente, nas suas diferentes instituições para emissão do CAR coletivo
		SEMAS	
		Empreendimentos Comunitários	
		OSCs	
3	Flexibilizar as regras do CAF para Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia	Ministério da Indústria e Comércio	Melhorar: aplicativo pesado e poucos técnicos
		SEMAS	Apoiar as comunidades a ter acesso a capacitação, crédito e tecnologia para observar a legislação vigente e obter selos
		Empreendimentos Comunitários	
		OSCs	Revisão da legislação vigente
4	Redução/isenção dos impostos (exemplo: Zona Franca de Manaus) para produtos da biodiversidades	Ministério da Indústria e Comércio	Criar Fundo Açaí
		SEMAS	Isenção/redução de impostos quando o produto da biodiversidade garantir serviços ecossistêmicos
		Setor Privado	
		Empreendimentos Comunitários	Garantir isenção/redução para pequenos e Povos e Comunidades Tradicionais
5	Desenvolvimentos de incentivos a indústria vinculada a cadeia do açaí e outros produtos da biodiversidade	Ministério da Indústria e Comércio	Infraestrutura de qualidade. Exemplo: laboratórios acreditados
		Ministério da Economia	Organizar o setor para maior cooperação entre indústria e produtores
		INMETRO	Induzir pesquisa aplicada considerando as demandas da indústria



	Setor Privado	Criar uma rede de ATER com apoio do setor privado
	ICTs	Convidar o SENAR
	SEDEME	
Como o setor pode avançar nas suas recomendações?		
1- Levar o Caderno para o Ministro da Economia e outros interessados como Indústria e Comércio, Meio Ambiente 2-Criação de um GT para facilitar/incentivar ações - Canal de Diálogo intersetorial incentivado pelo Governo	3- Envolver imprensa independente (Nexo Jornal, Instituto Conhecimento, Liberta, MyNews, etc) 4- Criar observatório da Cadeia Produtiva do Açaí em colaboração com os setores- guardião do processo a Universidade (Nota: existe um projeto neste sentido na SEMAS)	

3. ANEXOS

LISTA DE PARTICIPANTES DOS GRUPOS DE TRABALHO

Participantes		GRUPO 1 - EMPRESAS
1	Thiago Silva	Petruz
2	Ana Carolina Cavalcante	Frooty
3	Irismar Alves	Petruz
4	Igor Queiroz	Petruz
5	Giovanni Alves	100% Amazônia
6	Nivaldo Uberlândio	Xingu Fruit
7	Diana Gradíssimo	Symrise
8	Hercília Costa	Sambazon
9	Shalla S.	Natura
10	Zureide Alves	Petruz

Participantes		GRUPO 2 - EMPRESAS
1	André Luiz Nogueira	Grupo Zeppone
2	Marcos Pires	Grupo Zeppone
3	Estansley Vieira	Grupo Zeppone
4	Marcio Kisiolar	Grupo Zeppone
5	Eduardo	Frutali
6	Carlos Pará	Amazon Black Gold
7	Denise Martins	Frutali
8	Roberto Gonçalves	Ethos Amazônia

Participantes		GRUPO 3 - ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
1	Gisele Araujo	IABS
2	Renan Matias	Conexus
3	Paulo Roberto de Faria	FSC
4	Ana Carolina Yamaguchi	Iepé
5	Bruna dos Santos	Nós Soluções Sustentáveis
6	Waldiléia Rendeiro	IEB
7	Georgia Marmonti	Nesst
8	Nicolly Guimarães	Instituto Beraca
9	Mairna Dias	FECAF
10	Graciela Froehlich	IPAM
11	Juliana Licio	Maniha
12	Juliana Nunes	CAMAP
13	Milena Camargo	IABS
14	Bruna Ferreira	Conexus

Participantes		GRUPO 4 - EMPREENDIMENTOS COMUNITÁRIOS
1	Josiele Moraes	Sementes do Marajó
2	Ellyson Duarte	COOPIRB
3	Keli Régias	COOPIRB
4	Orlando Nascimento	ABICA
5	Odivan Corrêa	Manejaí
6	Ruan Gomes	Embrapa
7	Breno Nascimento	Amazônia Artesanal
8	Enivalda Alves	Manejaí
9	Rosa Maria Alexandre	Rede Ecoamazônia
10	Nádia Gomes	Cooperativa
11	Miqueias Gomes	Manejaí
12	Diese Felício	Manejaí
13	Teofro Lacerda	Manejaí
14	Gracionice Costa	Manejaí



Participantes		GRUPO 5 - EMPREENHIMENTOS COMUNITÁRIOS
1	Arcindo Moraes	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Ilha Cajuúbinha
2	Sandra Vicentini	Coopprojirau
3	Maria Rita	Associação Amorema
4	Izabel Nogueira	Associação Ipanema (APREPRI)
5	Maria do Livramento	COAMA
6	Janari Brito	COAMA
7	Jedyelson dos Santos	Agronatu
8	Fábio	Quilombo Guarupá
9	Luana	Pae Ilha Cajubinha
10	Gicarlos Souza	RECA
11	Paulo Afonso Soares	Coopmir
12	Michelliny Pinheiro	EMBRAPA

Participantes		GRUPO 6 - EMPREENHIMENTOS COMUNITÁRIOS
1	Joanildo de Melo Correa	COOTEIBA
2	João Correa Neto	COOTEIBA
3	Raimundo Brito	COFRUTA
4	Antonio Marcos	CART
5	Letícia Melo	COOAPRIME
6	Francisco Malheiros	ATAIC
7	Odair José Souza	Cooperativa Agroindustrial das Ilhas Joroca, Corrêa e Jacareua (Coopaijçj)
8	Aldair Junior Costa	Cooperativa Agroindustrial das Ilhas Joroca, Corrêa e Jacareua (Coopaijçj)
9	Denilson Rodrigues	Coopaijçj
10	Francisco Ferreira	Jauari
11	Gilson Santana	Camtauá
12	Carlos Roberto Baratinha	Sementes do Marajó
13	Adevaldo Dias	ASPROC

Participantes		GRUPO 7 - GOVERNO
1	Tatiana Pará M. Freitas	IFPA/Castanhal
2	Gil Mendes Sales	SEDEME
3	Vanessa de Souza Almeida	SEDEME
4	José Antonio Leite de Queiroz	EMBRAPA
5	Augusto Cesar Andrade	EMBRAPA
6	Katharine Tavares Batista	EMATER-Pará
7	Mauro Roberto de Moraes Pereira	SEBRAE/PA
8	Keylla Jamille da S. Santos	ICMBIO
9	Patrick Jacob	ICMBIO
10	Alcir Rodrigues Borges	EMATER/PA

Participantes		GRUPO 8 - GOVERNO
1	Camila Batista Marin Carneiro	SETEQ/MDA
2	Ervanda Timm	SFTD/MDA
3	Sandra Regina Afonso	SFB/MMA
4	Thelmo Araujo Dariva	IBGE
5	Larissa Daniella Lopes Rodrigues	SEMAS/PA
6	Leonardo F. dos Santos	MDA/PA
7	José Cristiano Martins Nunes	SEAF/PA
8	Paulo Augusto Lobato Silva	EMATER/PA
9	Rita Vieira de Figueiredo	SESMA/PMB/PA
10	Jessica Brilhante	SEMAS/PA

Nomes dos participantes		GRUPO 9 - GOVERNO
1	Rui Galeão	EMBRAPA
2	Hervé Rogez	UFPA
3	Eliane Superti	UFPB
4	Katia Garcez	Secretaria Rota do Açaí
5	Tarcila Portugal	SFTD/MDA
6	Bruna de Vita	SNPCT/MMA
7	Mayara Viaba Ribeiro	SEMAS/PA
8	Sergio Alberto Queiroz Costa	CONAB
9	Bruna Coelho da Conceição Pojo	SEMAS/PA
10	Rosa Maria da Cruz Mendes	SEMAS/PA
11	Dolores Teixeira de Brito	INMETRO/ Universidade
12	Marcos Allan Leite dos Reis	ITEC/UFPA
13	Rodolpho Bastos	SEMAS/PA
14	Luz Marina Lopes de Almeida	SEMAS/PA
15	Denilce da Silva Oliveira	SEMAS/PA
16	Erika Almeida Veloso	SEMAS/PA